

TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM OS LIVROS DIDÁTICOS?

Eliacy dos Santos Saboya Nobre

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/ UFC). Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). (URCA/ E-mail: elysaboya@yahoo.com.br)

O presente artigo tem o objetivo de analisar como a relação entre trabalho infantil e educação está sendo apresentada via livro didático da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em nossa pesquisa de mestrado, analisamos todos os livros didáticos da EJA, 1º segmento¹, que haviam sido utilizados pelas escolas da rede pública municipal de Fortaleza, no período de 2000 a 2009, o que contabilizou um total de cinco coleções, mais especificamente, dezenove exemplares. Na referida pesquisa, identificamos e sistematizamos como a relação entre trabalho e educação está sendo difundida nos livros didáticos da EJA, fazendo uma análise marxista desta. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental e dividimos a nossa análise em seis grandes subtemas: (i) a educação como um direito negado; (ii) a educação e o trabalho infantil; (iii) a educação escolar em primeiro lugar; (iv) a dificuldade de relacionar trabalho e estudo; (v) a pouca (ou nenhuma) escolarização frente à exigência do trabalho; (vi) a educação e o desemprego. Nes-

¹ O 1º segmento da EJA é a etapa que corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Na rede pública municipal de Fortaleza a EJA 1º segmento está estruturada em três fases: EJA I (alfabetização, atualmente 1º ano), EJA II (2º e 3º anos) e EJA III (4º e 5º anos).

te artigo, focalizaremos o subtema intitulado: A educação e o trabalho infantil.²

Vale ressaltar que as pesquisas dos anos 1970 e 1980, que analisaram os textos de leitura do antigo ensino primário, atualmente denominado de Ensino Fundamental I, foram importantes para balizar nossa inquietação, com destaque para três obras: *Mentiras que parecem verdades*, de Marisa Bonazzi e Umberto Eco; *As belas mentiras*: a ideologia subjacente aos textos didáticos, de Maria de Lourdes Chagas Deiró Nossella; e *Ideologia no livro didático*, de Ana Lúcia G. de Faria.

Eco e Bonazzi (1980) foram os pioneiros na análise da presença da ideologia dominante no livro didático voltado para crianças. Na obra *Mentiras que parecem verdades*, os autores analisam textos de manuais italianos de iniciação à leitura. Eles sistematizam quatorze temas, assim intitulados:

² A primeira coleção utilizada pelas escolas de Fortaleza que ofertam EJA foi a **Viver, Aprender: educação de jovens e adultos** (Livros 1, 2, 3, 4). Cláudia Lemos Vóvio (coordenação) — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998, no ano 2000. Posteriormente, foi utilizada a coleção **Educação de Jovens e Adultos** (Cadernos 1, 2, 3, 4). Série Educação para a Cidadania. Autores: Christiane Grecco Ivanaskas Fernandez, Dirceu Zaleski Filho e Silvana Maria Guglielmi Lazzari Paroni. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, (s/a), bem como o livro de alfabetização: **Ler e escrever o mundo: alfabetizar letrando**. Autores: Dirceu Zaleski Filho e Samanta Martinelli Carlucci. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, (s/a), em 2006 e 2007. A partir de 2008, as coleções: **Educação de Jovens e Adultos — Cidadania, Letramento, Sociedade, Cultura e Trabalho** (Cadernos 1, 2, 3, 4) Autores: Marcos Saliba, Wilson Réu e Helaine Fernandes. Editora: Escala Educacional; **Educação de Jovens e Adultos — CRESCER — Nossa escola, nossa vida**. Autores: Jamila Alves e João Luiz de Oliveira. Fortaleza: Tecnograf, 2005. (Livro de alfabetização/ letramento) / **Educação de Jovens e Adultos — CRESCER — Vivendo e Construindo**. Autores: Jamila Alves e João Luiz de Oliveira. Fortaleza: Littere, 2005. (vol. 1 e vol. 2) e **Educação de Jovens e Adultos- Conhecer e Descobrir**. Autores: Maria Rita Costa de Souza e Wilma Jane Lekevicius Costardi. São Paulo: FTD, 2004, estão sendo utilizadas pelas escolas da rede municipal até o ano de 2009.

Os pobres; O trabalho; O herói e a Pátria; A escola, uma pequena igreja; Raças e Povos da Terra; A bela família italiana; A ausência de Deus; A educação cívica; Os menores que trabalham; A história nacional; A nossa bela língua; A ciência e a técnica; O dinheiro; A caridade e a previdência social, todos impregnados de conservadorismo e reacionarismo.

Embora produzida no contexto italiano, a problemática levantada por Eco e Bonazzi se assemelha à de Nosella (1978), no Brasil. Em seu livro, *As Belas Mentiras*: a ideologia subjacente aos textos didáticos, a autora analisou textos didáticos dos livros indicados pelo MEC para as quatro primeiras séries do primeiro grau, hoje Ensino Fundamental I. Ela realizou uma pesquisa na rede Estadual do Espírito Santo, no final da década de 1970, analisando um total de 166 livros do ensino primário. Através dessa análise, pode sistematizar 10 temas que mais foram repisados pelos textos de leitura examinados, a saber: a família, a escola, a pátria, o ambiente, o trabalho, os ricos e os pobres, as virtudes, as “explicações científicas”, o índio e as capas e ilustrações. Podemos perceber uma coincidência entre os temas escolhidos pelos autores italianos e brasileiros no contexto do antigo ensino primário.

No cenário de acirrado antagonismo entre os interesses do capital e do trabalho, fizemos um recorte para focalizar, na relação entre trabalho e educação, o modo de ser da ideologia veiculada pelos livros didáticos da EJA. Ainda que tenhamos consciência do poder relativo do complexo da educação na determinação da totalidade social, tal escolha se deu por sabermos que a grande maioria do corpo discente da EJA é compos-

ta por trabalhadores que vivenciam cotidianamente os efeitos da lógica destrutiva do capital, expressos nas dificuldades de sua inserção laboral e de acesso à renda. São jovens e adultos que tiveram bloqueado o acesso à escola na idade própria, na maioria das vezes pela necessidade de trabalhar, e que estão retornando a esta, após vários anos, sem o acesso ao conhecimento formal, muitas vezes, por esta mesma necessidade, a de trabalhar³. Ou melhor, para se prepararem para tentar uma vaga no mercado de trabalho, com a esperança, ideologicamente alimentada, de, através dos estudos, conseguirem um “emprego melhor”, ou para poderem permanecer em seus postos de trabalho.

Faria (1986), diferente dos outros autores supracitados, delimitou em sua pesquisa a categoria que buscou analisar nos livros didáticos voltados para o antigo ensino primário. Sensível às contradições do mundo capitalista, escolheu para análise a categoria trabalho. Com o objetivo de verificar como estava sendo ensinado o conceito de trabalho via livro didático, Faria analisou 35 livros didáticos, os mais vendidos em 1977, das antigas 2^a, 3^a e 4^a séries, e realizou uma pesquisa de campo, aplicando questionários entre crianças da 4^a série de uma escola pública e de uma escola particular e realizou entrevistas com 4 crianças de origem burguesa e 6 crianças de origem operária, com o objetivo de compreender o que elas entendiam por trabalho, para posteriormente comparar a

³ Segundo Costa et al (2006), os alunos de todas as regiões do país apontam o trabalho “tanto como motivo para terem deixado a escola, como razão para voltarem a ela” (p. 20/ *Grifos Nossos*).

resposta das crianças com as ideias que eram transmitidas via livro, analisando, assim, a eficiência desse recurso didático na inculcação de ideias.

Ressaltemos que nos livros didáticos analisados pelos referidos autores, o trabalho aparece como: (i) um *hobby*, um entretenimento e um grande amigo!; (ii) uma das maiores virtudes do homem, virtude essa que seria muito bem recompensada; (iii) uma forma de patriotismo, pois auxilia no desenvolvimento do país; (iv) uma dádiva do céu; (v) uma escolha moral, diferente da escolha dos vagabundos; (vi) uma mera atividade, o fazer alguma coisa, dentre outras conceituações.

Teríamos algo semelhante ao que trazem os textos voltados para a educação dos adultos? Seriam as mensagens ideológicas burguesas mais “implícitas”, já que não se trata de um público tão “vulnerável” como as crianças da antiga escola primária? Poderíamos pensar em livros didáticos que também veiculassem uma ideologia proletária, já que se trata de materiais elaborados para adultos trabalhadores? Estes materiais poderiam auxiliar na formação de uma consciência crítica? As ideias veiculadas seriam muito diferentes daquelas encontradas na “literatura infantil”? Esses questionamentos, entre outros, que foram brotando e ganhando corpo, nos instigaram a reflexão sobre o tema, assim como nos favoreceu a delimitação de nossas pretensões.

Embora não tenhamos a pretensão de analisar o tema específico, do “trabalho infantil”, não podemos deixar de registrar como a relação entre trabalho infantil e educação aparece nos livros didáticos. Vale lembrar que o trabalho precoce

é um fato muito próximo à realidade dos alunos da EJA, pois muitos tiveram a infância roubada pelo trabalho e, por isso, não puderam estudar na idade própria. Aliás, uma pergunta recorrente nos livros é: “g) Com quantos anos você começou a trabalhar e o que fazia?” (ESCALA 2, p.255).

Todos sabemos que grande parte das crianças que trabalham não conseguem frequentar a escola, e isso também está muito claro nas páginas dos livros destinados à EJA. Esses livros exploram histórias de vida de pessoas que nunca foram à escola ou que foram por pouquíssimo tempo, como o garoto Dionner, um garoto de seis anos que trabalha para ajudar a mãe e que “[...] não sabe o que é Natal, nunca foi à escola. Entre os poucos prazeres que conhece, está o de tomar sorvete [...]”. (VIVER, APRENDER 1, p.229-230), e o poeta Patativa do Assaré que, quando “[...] completou 8 anos, ficou órfão de pai e teve que trabalhar muito ao lado do seu irmão mais velho para sustentar os mais novos. Com 12 anos, frequentou a escola, na qual passou 4 meses, sem, porém, interromper o trabalho de agricultor [...]” (VIVER, APRENDER 2, p.81).

Esta realidade, a do trabalho infantil, acontece não obstante as proibições legais e ao esforço de divulgação da legislação que a proíbe. Nos livros analisados, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbem o trabalho infantil e regulam o trabalho dos adolescentes, estão sempre presentes nos textos. Senão vejamos:

[...] Apesar de o trabalho infantil ser uma realidade em todo o país, ele é proibido. A Constituição de 1988

estabeleceu, em seu artigo 227, que até os 14 anos de idade ninguém pode trabalhar. No entanto, é grande o desrespeito a essa lei. Os empregadores contratam crianças na condição de aprendiz, conforme permite o mesmo artigo da Constituição. Só que, em vez de aprender uma atividade, elas acabam se transformando em trabalhadores de verdade, muitas vezes cumprindo jornadas noturnas e contrariando, portanto, outra importante lei: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe o trabalho infantil das 22 horas até às 5 horas [...] O trabalho infantil tem sido combatido, ainda que de maneira lenta. Alguns prefeitos e governadores dão bolsas de estudo em dinheiro para que os pais mantenham seus filhos na Escola. No Distrito Federal, esse programa ganhou o nome de bolsa-escola. Empresários também estão se mobilizando contra o trabalho infantil. A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança tem desenvolvido programas para denunciar os problemas do trabalho infantil em empresas e junto aos pais. Além disso, ela permite o uso do selo Abrinq em embalagens de produtos que não tiveram a participação de menores de 14 anos na sua produção (CRESCER 1, p. 143-144).

Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei decretada pelo Congresso Nacional que entrou em vigor em 12/10/1990. Dispõe sobre os direitos fundamentais da criança e do jovem e fixa linhas de ação política de atendimento. Essa lei é fruto da luta de movimentos sociais, profissionais e de pessoas comprometidas com a melhoria das condições de vida

das crianças e jovens.

[...]Art.53.A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...] (...)”(VIVER, APRENDER 2, p.91).

O Trabalho Infantil é Proibido!

De acordo com o estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, o trabalho é proibido para crianças e para menores de 16 anos de idade. Em 1998 houve uma alteração no Estatuto, e o trabalho passou a ser permitido para adolescentes a partir de 14 anos. Nesse caso, o adolescente é considerado aprendiz, quer dizer, ele pode realizar uma atividade técnica e profissional, desde que freqüente a escola regularmente” (FTD 1, p. 300).

Campanhas contra o trabalho infantil também aparecem nos livros didáticos:

Crianças e adolescentes vivem nos lixões

Em 1999, o Brasil possui pelo menos 50 mil crianças e adolescentes que vivem e trabalham em depósitos de lixo a céu aberto — os lixões. A principal fonte de alimento dessas crianças e adolescentes, que não têm acesso à água limpa, é o próprio lixo que comercializam. Para combater esse grave problema, o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) desenvolveu uma campanha chamada “Criança no lixo nunca mais”, que pretende levar para a escola os 15.000

moradores dos lixões com menos de 18 que estão sem estudar. Além disso, a campanha pretende envolver os pais que trabalham como catadores de lixo, capacitando-os profissionalmente e incentivando a formação de cooperativas de trabalho para que aumentem a renda familiar” (VIVER, APRENDER 4, p.32-33).

Concordamos que levar a criança para a escola é extremamente importante para que ela possa desenvolver suas potencialidades, possa obter novos conhecimentos e saiba relacionar-se em sociedade. Entretanto, consideramos que o problema como é apresentado nos textos desfoca a realidade: as crianças não estão na escola porque decidiram estar nos lixões; nem os pais escolhem que o melhor para os seus filhos é estarem nos lixões. Essa situação não resulta do livre arbítrio, mas se impõe como necessidade. Em acordo com Gonçalves (2007), entendemos que “[...] o cotidiano de catação favorece ausências e abandonos da escola, por conseguinte, a permanência de uma vez por todas no trabalho com o lixo ou outra forma de exploração e sociabilidade que leva à alienação” (p. 126).

Faz-se necessário situar tal problema no chão da realidade, do próprio sistema capitalista, que, desde os seus primórdios, não hesita em explorar mais, extensiva e intensivamente, a força de trabalho, seja adulta ou infantil, nem se autopenitencia com a expansão do extrato lazarento da classe trabalhadora. A propósito, Marx (1989) tratando das condições de vida e de trabalho dos mineiros britânicos afirma que, “em confronto com a opinião pública ou mesmo a polícia sa-

nitária, o capital não tem a menor cerimônia em justificar as condições perigosas ou degradantes a que se submete a atividade e o lar dos trabalhadores, alegando que isto é necessário para explorá-lo mais lucrativamente” (p. 775).

Os pais dessas crianças, por força das condições objetivas de vida, tornam-se, utilizando uma expressão de Marx (2006a), “traficante de escravos”⁴, assim, não se pode tratar desta questão de forma meramente subjetiva, como se tratasse de escolha ou de má índole.

No site da Revista *Mundo e Missão*⁵, ao lermos uma reportagem que versava sobre o trabalho infantil, um relato de um pai nos chamou muito a atenção:

A gente custa muito pra entender que nasceu pra ser peixe de engordar gato que engorda rico e, em casa, a gente fabrica com todo amor os próximos peixinhos. Pra fugir disso, botei todo mundo pra estudar, mas sinto um aperto no peito porque sei que o ensino é muito ruim. Filho de pobre, mesmo depois de estudar um, dois, quatro anos, continua analfabeto. (Revista *Mundo e Missão*)

Percebemos que o relato acima evidencia a lucidez de um pai a propósito do limitado poder da educação em face de um sistema econômico que arrasta crianças e adolescentes para o trabalho que, mesmo grotesco e arcaico, mantém vínculo com o processo geral de produção. Os trabalhos subalternos, só re-

⁴ “Antes, vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora, vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos [...]”(MARX, 2006a, p. 453).

⁵ <http://www.mundomissao.com.br/>

alizados por aqueles que deles retiram apenas sua sobrevivência, são imprescindíveis à manutenção do sistema econômico-social capitalista. Os trabalhadores “fazem isto, sem o saber”, ou seja, participam do processo de produção de riquezas e não sabem. E não sabem por que a dinâmica econômica da sociedade capitalista cria a falsa consciência de que o criador de valor é o dinheiro e não o trabalho; que o desenvolvimento das forças produtivas industriais extingiria as formas de trabalho extenuantes, insalubres, espoliadoras. Qual nada! Sob o capitalismo, “a força produtiva extraordinariamente elevada nos ramos da indústria mecanizada sincronizada com a exploração mais extensa e mais intensa da força de trabalho em todos os demais ramos da produção [...]” (MARX, 2006a, p. 508).

Encontramos um outro texto que levanta as prováveis causas que instituem o trabalho precoce:

**“SERÁ QUE ESTÁ NA HORA?
NÃO!**

Muitas crianças e adolescentes trabalham. Uns fazem trabalho leve. Outros, por serem a única força de trabalho assalariada em sua família, tornam-se fundamentais para a sobrevivência de seu grupo familiar à custa da sua própria vida, saúde e das oportunidades de desenvolvimento humano que lhes são negadas, como direito social. **A pobreza, a insuficiência das políticas públicas, a perversidade da exclusão social e monetária, provocadas pelo modelo de desenvolvimento econômico dominante, os aspectos ideológicos e culturais podem ser relacionados como**

prováveis causas do trabalho precoce [...] Ministério da Saúde/ Secretaria de Políticas de Saúde (ESCALA 2, p. 254/ Grifos nossos).

Ainda sobre o trabalho infantil, encontramos uma questão que fazia referência ao princípio educativo do trabalho. Após o texto “Crianças nas minas”, que denunciava o trabalho realizado, até meados de 1880, por crianças nas minas de Carvão da França — cujo trabalho era o de empurrar “vagonetes cheios de carvão, correndo o risco de serem esmagadas quando, sem força, não conseguiam suportar o peso da carga”(…) — indaga-se aos alunos: “Na sua opinião, o trabalho nas minas era educativo, ou seja, contribuía para a formação das crianças? [...]”(VIVER, APRENDER 2, p. 89)

As questões direcionadas aos alunos sobre o trabalho precoce questionam se eles concordam com a afirmativa “Lugar de criança é na escola”. E ainda perguntam: “Os adolescentes têm conseguido emprego com facilidade? Por quê? Vocês conhecem algum caso de desrespeito à lei que protege crianças e adolescentes em relação ao trabalho? Conversem a respeito”(FTD 1, p.300).

Pergunta-se também qual a opinião dos alunos sobre o trabalho das crianças, se veem crianças trabalhando etc. (ESCALA 2, p.254- 255). Encontramos também um tipo de pergunta para induzir a discussão acerca da relação entre a falta de trabalho e a vulnerabilidade juvenil:

h) Se você tivesse uma condição financeira boa, com quantos anos colocaria seu filho para trabalhar? Você acha importante que ele trabalhe? Por quê?

PENSE NISSO

É preciso ocupar os nossos adolescentes com trabalho para que eles não se ocupem com coisas vãs. Você concorda com essa frase? Por quê?” (ESCALA 2, p.255).

Da forma como tais questões foram elaboradas, pensamos que os alunos concordarão que o trabalho tem essa função disciplinadora, educativa, concluindo que tal atividade só fará bem aos seus filhos, sob pena de que fiquem preguiçosos ou se ocupem com coisas vãs! Qual a intenção do livro didático ao problematizar dessa forma? Corroborar a crença já disseminada socialmente de que o trabalho precoce é bom e necessário? Sem a discussão da forma capitalista de trabalho, consideramos que esse tipo de discussão pode descambar para um modismo, quando se trata de ancorar a reflexão na “*realidade — precisamente — assim — existente*”.

Sobre a ideologia da valorização do trabalho infantil, Campos e Alverga (2001) nos afirmam que há uma “crença indiscriminada na dignidade do trabalho” precoce, pois pesquisas “constatam que, aliada à permanência de grande número de crianças no trabalho, observa-se a crença das famílias, das próprias crianças, dos empregadores e até mesmo de muitos agentes encarregados do combate a esse tipo de trabalho, de que ele só trará benefícios para as crianças” (CAMPOS; ALVERGA, p. 1, 2001).

Uma expressão da ideologia da valorização do trabalho infantil está exposta, por exemplo, quando uma mãe de criança catadora argumenta que “se a gente num botá nosso fi pra trabalhar, vira marginal!” (GONÇALVES, 2007, p. 130).

O trabalho precoce foi uma realidade de grande parte dos alunos da EJA. Destarte, está exposto nos livros o fato real de que grande parte das crianças que trabalham não conseguem frequentar a escola, estando, também, dispostas nesses materiais leis, como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tanto proíbem o trabalho infantil, como regulam o trabalho dos adolescentes. Entretanto, algumas questões pós-textos reforçam, pela forma como questionam os educandos da EJA, a crença de que o trabalho infantil é bom e necessário.

No decorrer de nossa pesquisa, entretanto, pudemos observar que os livros didáticos não transmitem apenas a ideologia da classe dominante aos alunos trabalhadores — alunos que, após um dia inteiro de trabalho, ou em meio às agonias do tempo ocioso causado pelo desemprego, estão nas salas de EJA em busca de conhecimentos, com a esperança, ideologicamente alimentada, de estudar para conseguir um emprego melhor — mas que as ideias presentes nestes materiais didáticos objetivam, com maior ênfase, induzir, conscientemente ou não, os educandos a posições teleológicas que os façam reproduzir e aceitar a ordem social vigente.

Referências

ALVES, Jamila; OLIVEIRA, João Luiz de. *Educação de Jovens e Adultos — CRESCER — Vivendo e Construindo*. Autores: Jamila Alves e João Luiz de Oliveira. Fortaleza: Littere, 2005 (vol. 1).

ALVES, Jamila; OLIVEIRA, João Luiz de. *Educação de Jovens e Adultos — CRESCER — Vivendo e Construindo*. Autores: Jamila Alves e João Luiz de Oliveira. Fortaleza: Littere, 2005 (vol. 2).

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, 2001.

ECO, Umberto; BONAZZI, Marisa. *Mentiras que parecem verdades*. 6 ed. São Paulo: Summus, 1980.

FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

FERNANDEZ, Christiane Grecco Ivanaskas; ZALESKI FILHO, Dirceu; PARONI, Silvana Maria Guglielmi Lazzari. *Educação de Jovens e Adultos* (Caderno 1). Série Educação para a Cidadania. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, (s/a).

FERNANDEZ, Christiane Grecco Ivanaskas; ZALESKI FILHO, Dirceu; PARONI, Silvana Maria Guglielmi Lazzari. *Educação de Jovens e Adultos* (Caderno 2). Série Educação para a Cidadania. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, (s/a).

FERNANDEZ, Christiane Grecco Ivanaskas; ZALESKI FILHO, Dirceu; PARONI, Silvana Maria Guglielmi Lazzari. *Educação de Jovens e Adultos* (Caderno 3). Série Educação para a Cidadania. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, (s/a).

FERNANDEZ, Christiane Grecco Ivanaskas; ZALESKI FILHO, Dirceu; PARONI, Silvana Maria Guglielmi Lazzari. *Edu-*

cação de Jovens e Adultos (Caderno 4). Série Educação para a Cidadania. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, (s/a).

SALIBA, Marcos; RÉU, Wilson; FERNANDES, Helaine. *Educação de Jovens e Adultos — Cidadania, Letramento, Sociedade, Cultura e Trabalho* (Caderno1). Editora: Escala Educacional, (s/a).

GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. Atividade e formação humana na perspectiva de Leontiev: o problema da (de) formação da criança catadora de lixo. In: JIMENEZ, Susana; SOARES, Rômulo; DO CARMO, Maurilene; PORFÍRIO, Cristiane. *Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas*. Fortaleza: EDUECE, 2007.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. 12 ed. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. São Paulo: Moraes, 1978.

SALIBA, Marcos; RÉU, Wilson; FERNANDES, Helaine. *Educação de Jovens e Adultos — Cidadania, Letramento, Sociedade, Cultura e Trabalho* (Caderno 2) Editora: Escala Educacional, (s/a).

SALIBA, Marcos; RÉU, Wilson; FERNANDES, Helaine. *Educação de Jovens e Adultos — Cidadania, Letramento, Socie-*

dade, Cultura e Trabalho (Caderno 3) Editora: Escala Educacional, (s/a).

SALIBA, Marcos; RÉU, Wilson; FERNANDES, Helaine. *Educação de Jovens e Adultos — Cidadania, Letramento, Sociedade, Cultura e Trabalho* (Caderno 4) Editora: Escala Educacional, (s/a).

SOUZA, Maria Rita Costa de; COSTARDI, Wilma Jane Lekevicius. *Educação de Jovens e Adultos- Conhecer e Descobrir: alfabetização*. São Paulo: FTD, 2004.

SOUZA, Maria Rita Costa de; COSTARDI, Wilma Jane Lekevicius. *Educação de Jovens e Adultos- Conhecer e Descobrir: 1ª etapa*. São Paulo: FTD, 2004.

SOUZA, Maria Rita Costa de; COSTARDI, Wilma Jane Lekevicius. *Educação de Jovens e Adultos- Conhecer e Descobrir: 2ª etapa*. São Paulo: FTD, 2004.

VÓVIO, Cláudia Lemos (coordenação). *Viver, aprender: educação de jovens e adultos* (Livro 1) — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

VÓVIO, Cláudia Lemos (coordenação). *Viver, aprender: educação de jovens e adultos* (Livro 2) — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

VÓVIO, Cláudia Lemos (coordenação). *Viver, aprender: educação de jovens e adultos* (Livro 3) — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

VÓVIO, Cláudia Lemos (coordenação). *Viver, aprender: educação de jovens e adultos* (Livro 4) — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

ZALESKI FILHO, Dirceu; CARLUCCI, Samanta Martinelli. *Ler e escrever o mundo: alfabetizar letrando*. Autores: Dirceu Zaleski Filho e São Paulo: Editora Didática Suplegraf, (s/a).